TECNOCRACIA E POLÍTICA

RAYMUNDO FAORO *

1. Notícia histórica; 2. Bases conceituais; 3. As duas tecnocracias; 4. Crítica à hipótese tecnocrática.

1. Notícia histórica

Por toda parte, nos países industrialmente desenvolvidos, a partir do fim da II Guerra Mundial, cientistas políticos, juristas e sociólogos denunciam a presença de um novo Leviatã, que se ergue, silenciosamente, sem comoções revolucionárias, do interior do sistema capitalista. O *New Deal,* criado para sufocar a crise que desde 1929 avassalou a economia, teria preparado um modelo político cujo florescimento se completaria no novo estado industrial, descrito por John Kenneth Galbraith, preparando o caminho, no outro lado do Atlântico, à V República francesa. Com algum retardamento, a ciência política alemã percebeu o fenômeno, já em pleno funcionamento nas instituições públicas e nas empresas privadas, teorizando-o em estudos publicados recentemente. A tecnocracia estaria a ameaçar, não apenas a soberania popular, a participação do político no governo, senão também o controle dos cidadãos nas decisões de seus representantes nominais. No Brasil, um ensaio pioneiro do Prof. Themístocles Brandão Cavalcanti [1] em que se combinam erudição e reflexão, indicadas as linhas que o tema alcança, aludiu ao "perigo" da supremacia "ou o primado absoluto dos técnicos, a chamada tecnocracia, com a repercussão exagerada da técnica sobre a filosofia, com interferência dos técnicos na área própria da decisão política".

* Membro do Conselho Federal de Cultura e Procurador do Estado da Guanabara.

[1] *Revista de Ciência Política,* abr./jun. 1969.

Os fatos e a doutrina, a realidade e os estudos sugeriram a pesquisa dos precursores. "Um grande escritor" — notou Jorge Luís Borges — "cria seus precursores. Ele os cria e de algum modo os justifica." [2] Também a realidade, ainda aqui, imita a arte, evocando precursores e justificando-os, justificação que, nas ciências sociais, adquire contorno ideológico, por mais que o movimento se proclame adverso às ideologias. Como sempre acontece, a busca das origens, a par da luz que lança na natureza do fenômeno, amortece a surpresa da novidade e configura a continuidade do desenvolvimento. A ciência política francesa, ciosa de sua riqueza histórica, mergulhou no estudo das obras do conde Saint-Simon (1760-1825), para delas extrair as bases da moderna tecnocracia ou do modelo tecnocrático. A nova realidade teria pois se baseado nas idéias de um crítico da sociedade capitalista e não nas de um de seus autores, prevendo já desde o início do século XIX, em plena euforia da sociedade industrial, que a vida econômica seria, no futuro, determinada por programas e planos e não pelo livre jogo do mercado. [3] Estaria implícito no pensamento do filósofo da política o primado das relações sociais, em seu conteúdo institucional, sobre a estrutura liberal. [4] A regularidade da ordem social e política não derivaria dos mecanismos de mercado, livres e articulados, mas da ação humana constitutiva, cuja racionalidade depende da organização socioeconômica. Estariam aí as bases da sociedade tecnocrática. O pensamento inglês, seduzido pelo precursor distante, iniciou também sua viagem ao passado, tateando a sombra evanescente de Francis Bacon (1561-1626), num jogo de recordações em que não raro o fantasma ocupa o lugar do teórico, tais as elocubrações sutis que o recobrem.

O bailado da pesquisa das origens sai do campo das hipóteses e das conjecturas no momento em que se pôde discernir um verdadeiro movimento, contínuo e conseqüente, nas idéias. Só nos Estados Unidos, por motivos particulares de sua formação, tais idéias puderam oferecer um painel coerente do pensamento tecnocrático. Cabe a Thorstein B. Veblen (1857-1929), num ensaio publicado em 1921, por muito tempo esquecido e que agora renasce com as pompas de obra pioneira — *The engineer and the price system* —, lançar o que se chamou de manifesto do movi-

[2] *Otras Inquisiciones*. Buenos Aires, 1968. p. 84.

[3] Niederwemmer, Uif. Versuch einer historische systematischen Ortbestimmung des Technokratie-Gedanken der Saint-Simonismos. In: Lenk, Hans. *Technokratie als Ideologie*. Stuttgart, 1973. p. 29.

[4] Id. ibid. p. 31-2.

mento tecnocrático. Na sua famosa obra de 1899 — *The theory of leisure class* — já assinalara que a técnica se desenvolvera sem que a ela se houvessem adaptado e adequado as instituições e os valores da sociedade. Voltou, na obra de 1921, a prosseguir no mesmo roteiro, em discreto namoro com Marx, ao assinalar a fragilidade do sistema capitalista, se entregue às suas próprias forças, descoordenadas e anárquicas. Pretendia que a organização industrial prescindisse do comando estatal, entregue, por sua vez, a um diretório de técnicos, cujo esboço seria a "Technical Alliance". A produção deveria ser coordenada e a distribuição controlada, num esquema que pareceu, a muitos, a variante moderna das utopias de Bacon e Saint-Simon. A planificação ocupa o centro das preocupações do movimento, o qual se autonomiza, pouco a pouco, por meio de obras que alcançam alguma repercussão, como a de Stuart Chase, publicada em 1925, *The tragedy of waste.* Enquanto até então se buscava a disciplina das forças produtivas, na denúncia ao desperdício antieconômico, um dos associados e discípulos de Veblen, Howard Scott, num ensaio de 1932 — *The scourge of politics in a land of manna* — voltou-se contra a direção política da sociedade, por ele identificada como "realidade subjetiva", subjetiva como sinônimo de arbitrária, "expressão emocional das massas". Uma promessa se esconde nas críticas: o progresso tecnológico traria melhor padrão de vida, com o fim do desperdício, da falta de coordenação dos elementos produtivos e da utilização irracional dos recursos econômicos. Os debates intelectuais não se esgotaram na publicação de obras e panfletos, senão que se cristalizaram em entidades atuantes: o Continental Committee on Technocracy (CCT) que, em 1934, afirmava ter 250 mil membros e a Technocracy, Inc. chefiada por Howard Scott. Tais associações esboçaram planos econômicos, numa tentativa de influírem na sociedade americana, sem que contudo alcançassem significativa presença na orientação política do país. Embora desvinculada do movimento, em razão de suas origens trotkistas, a mais significativa das contribuições norte-americanas ao pensamento tecnocrático na década de 40 se deve a James Burnham, autor da obra *The managerial revolution,* publicada em 1941 com extraordinário sucesso. O declínio capitalista, que ele vislumbrou, levaria à supremacia das sociedades diretoriais, ou seja, de comandantes de empresas, tecnocratas mas não especialistas, senhores da administração mas não da propriedade dos meios de produção. A convergência do mundo capitalista e do

mundo socialista para esse resultado próximo seria uma das originalidades de sua contribuição, criadora de uma classe dirigente nova, com o mesmo conteúdo das oligarquias entrevistas pelos maquiavélicos Pareto, Mosca e Michels.

2. Bases conceituais

Dos precursores da tecnocracia deriva a teoria tecnocrática, fundamentalmente calcada na crítica ao liberalismo capitalista, crítica que parte de seu pressuposto básico — a racionalização da vida — e dos apregoados defeitos e imperfeições da economia de mercado. Na verdade, a suposta anarquia do mercado decorre de sua expressão irracional, de modo que tudo se reduz, em última instância, a situar no íntimo do problema as conseqüências do controle da inteligência sobre todas as atividades. Porque a técnica realiza essa necessária racionalização, enseja transformações profundas e qualitativas nas relações de poder.

A vida moderna, desde as primeiras manifestações do capitalismo, segundo Max Weber, está dominada pela ação racional. O próprio espírito do capitalismo — não o capitalismo como tal, evite-se desde logo uma confusão freqüente da teoria weberiana — está radicado no ascetismo intramundano, de raiz calvinista, cujo pressuposto é a calculabilidade de todos os passos do homem. "Um dos elementos fundamentais do espírito do moderno capitalismo" — escreveu o autor de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* — "que abrange toda a moderna cultura situa-se na conduta racional com base na idéia da vocação *(Beruf)*, nascida do espírito do ascetismo cristão." [5] Essa tendência abarcou o próprio conceito do trabalho, limitado — segundo Weber — ao trabalho especializado, na renúncia da universalidade fáustica do homem. Mais um lance, no momento em que a racionalidade penetra na vida quotidiana, a filosofia e a ciência descem de sua dignidade pura, para se converterem em preocupações utilitárias, transformando o manto da razão numa gaiola de aço, com a técnica — a moderna tecnologia — condicionando a pesquisa e a sabedoria. A visão do futuro, para um representante da cultura humanística européia, adquire a tonalidade de um presságio pessimista: talvez o futuro reserve ao homem a mecanizada petrificação, falsamente embelezada pela convulsiva soberba de criadores de coisas e má-

[5] Weber, Max. *Die protestantische Ethik un der Geist des Kapitalismus* — Gesammelte Aufsätze zur Religions Sociologie. Tübingen, J.C.B. Mohr (Paul Liebeck), 1963. p. 202 e seg.

quinas. No último estágio dessa viagem estaria o especialista sem espírito, o sensualista sem entranhas, podendo então esta nulidade se vangloriar de haver chegado ao ponto máximo da civilização. [6] A projeção política e institucional dessa inegável realidade será a conversão da forma de domínio tradicional, em que as relações de poder obedecem a valores consagrados e não discutidos, no domínio racional, em que o poder se manifesta por comandos gerais e abstratos.

No cerne da racionalização está o propósito de identificar o juízo, que raciocina, à ação, de sorte que esta possa discernir os fins e meios adequados, com o cálculo dos efeitos. Em esquema teórico, o pensamento racional — na verdade, o juízo técnico — penetraria na política, estreitando-lhe o campo de atividade, de modo a reduzir o político a um servo das deliberações científicas. As opções possíveis são apenas entre as ações racionais, discernindo as mais adequadas, e não entre a razão e o irracional, reduzido este ao arbítrio. Certo, como se verá a seguir, esse domínio há de buscar sua própria legitimidade, que não se esgota no apelo a fins técnicos, de eficiência. A ação racional, mesmo no campo político, limitar-se-ia a selecionar os meios para atingir os fins, mediante os menores custos sociais e econômicos.

Neste quadro simplista, a ação racional devora os resíduos de arbítrio, de anarquia, de desperdício, em favor de uma ordem superior, embora inteligível esta a poucos, aos iniciados na aplicação científica, aos adivinhos da corte, ou aos sucessores dos feiticeiros da tribo, como já foi dito ironicamente.

A ciência política, mesmo aceitando o campo de debate que lhe fora traçado, não admitiu a conversibilidade do juízo técnico em juízo político. Argumentou que a racionalidade política não se esvazia diante da racionalidade formal técnica. Seu conteúdo seria outro — a *racionalidade sancionada* — que voltada embora para a ação consciente e planificada, orientar-se-ia por normas e valores irredutíveis aos fins científicos, estes não raro de caráter ideológico. A fragilidade da posição seria manifesta: na visualização de valores, na especificidade política, haveria um resíduo irracional, que seria perigoso contrapor à racionalidade.

Duas novas respostas, à margem da autonomia do particularismo da ação política, em oposição à do cientista, foram tentadas. O político teria um campo próprio de atuação, baseado na sua capacidade e legitimidade de tomar decisões pelas quais seria responsável perante a comunidade. Também aí, todavia, se pro-

[6] Id. ibid. p. 204, em tradução livre.

curou mostrar a inocuidade da atividade específica, diante da objetividade dos meios, imposta às decisões. O político seria não o homem que decide, mas o homem que executa as opções já avaliadas pelos técnicos. Acossado pela invasão tecnológica, o político, de outro lado, se refugiaria nas ideologias proporcionadas pela sua ação, num processo que, na medida de seu enrijecimento, levaria ao afastamento da realidade, com a fixação de tabus. O decisionismo e a fuga na ideologia — observa Hans Peter Dreitzel — indicam igual recusa aos princípios democráticos sempre que os valores e normas da ação política fogem ao debate racional, transtornam a base do efetivo controle da política.[7] Com efeito, para rejeitar o açambarcamento técnico, as duas correntes refutam a própria razão, que é o fundamento da participação política dos indivíduos na vontade do Estado. A política não gera uma ação específica, qualitativamente alheia à racionalidade, senão que se concretiza na guarda de valores, também estes racionais, que afetam toda a ordem social, inacessíveis à imposição dos meios sobre os fins.

3. As duas tecnocracias

Depois do exame dos precedentes históricos e teóricos da tecnocracia, é chegado o momento de observar a própria estrutura desta, sua realidade ou sua insubsistência. Já se acentuou que a tecnocracia parte e se constitui de uma irrecusável tendência: a interferência da racionalidade na vida moderna.

Desse axioma se construíram dois modelos, que chamarei, para maior clareza, de *tecnocracia de tecnocratas* e de *tecnocracia funcional*. Nem um nem outro seriam criações arbitrárias da fantasia, como a *República* de Platão ou as utopias renascentistas. Na fixação de ambos os tipos teriam contribuído causas de ordem econômica e social, a cujo império histórico não se podem furtar os homens, eles próprios, interiormente, moldados pela racionalidade crescente e a calculabilidade contínua de suas ações e pensamentos. Se é certo que os homens fazem a História, não é menos certo que, segundo a expressão famosa, não criam do nada os elementos que travejam sua arquitetura.

[7] Rationales Handeln un Politische Orientierung. In: *Texte zur Technokratiediskussion*. Hrsg. Claus Koch um Dietes Senghass, Europäische Verlagsanshalt, 1971. p. 39.

3.1 *A tecnocracia dos tecnocratas*

A tecnocracia dos tecnocratas acentua o papel dos atores, quebrando a luz intensa que domina o palco, os cenários e a montagem. Não raro, abandona o drama ostensivo para captar os passos nos corredores, nas antecâmaras, no fundo amortecido do proscênio, quase a sugerir uma conspiração subterrânea. Tudo começa com o técnico, que se torna tecnocrata e aspira ao sistema tecnocrático. O técnico não se gera no mesmo ar que produz a eminência parda, o intrigante da corte, senão que nasce de uma carreira, fruto de sua capacidade e de suas habilitações. Não se caracteriza, por outro lado, como rebento mais vivaz da burocracia, senão que, ao contrário, ele quer subordinar ao seu domínio a própria burocracia, avassalando a hierarquia administrativa. [8]

O técnico passa à categoria de tecnocrata no momento em que, animado pela eficiência de suas atividades, adquire uma situação de poder social. Poder social e não apenas poder político, dado que o campo de atuação alcança o setor empresarial e o setor público, anulando as particularidades de um e de outro. As diferenças de estrutura são reduzidas, aos olhos do técnico, a graus quantitativos, como se a realidade fosse homogênea. As múltiplas situações sociais, como elementos intercambiáveis, se articulariam a um todo, composto de números aritméticos e figuras geométricas. As decisões, em todos os quadrantes, quer para construir uma fábrica, quer para organizar o orçamento de um país, só poderão ser deliberadas e executadas por órgãos especializados, reservadas ao grupo que dispõe de conhecimentos e informações para estruturá-las. Na economia privada ou no setor público, onde quer que as alavancas que dinamizam o mecanismo de decisões estejam nas mãos de especialistas, aí está presente o tecnocrata. Sua influência torna-se, na verdade, o fator principal de decisão, reservadas aos outros setores apenas atividades aparentes ou decorativas. O tecnocrata, nas grandes organizações econômicas, ocupa o lugar do agora obsoleto *manager* de Burnham; na verdade um servidor, embora autônomo, do capital. Sua preocupação volta-se para o desenvolvimento global da economia, para a expansão, e menos para o lucro imediato.

Nesse tipo de tecnocracia, que acompanha o primado da economia e a desvalorização da política, o poder será detido por um grupo, comunidade vinculada por interesses comuns. Para seus adversários, trata-se de uma casta, forma nova da *classe política*,

[8] Cf. Frisch, Alfred. Die Zukunft der Technokraten. *Texte*, cit. p. 90 e seg.

revigorado o conceito de Mosca; talvez um estamento, provavelmente um conglomerado sem nome e de fisionomia cambiante; um mito, criação do temor ou da fantasia, para muitos. [9] Em todas as hipóteses, um comando minoritário, aristocrático para seus simpatizantes, oligárquico aos olhos dos críticos, com a pretensão de representar, se não toda a sociedade, pelo menos seus interesses, reclamando autonomia em relação às classes.

A *tecnocracia dos tecnocratas* constitui nada menos do que a continuidade do conceito de *elite,* classe política, classe dirigente, condicionando obviamente o caráter de classe à expressão meramente instrumental, sem as rigorosas características sociológicas do termo. O tecnocrata, deve-se ainda acentuar, não se confunde com o especialista, certo que a escalada, a ascensão dentro do complexo organizado, se processa com o alargamento do campo visual e o estreitamento de atividades particularizadas e específicas, cuja formação se molda pelo máximo de informações e o mínimo de generalidade na aplicação científica. O ajustamento, no curso da carreira ascensional, revela a ilusão do especialista, que se defronta com uma realidade descontínua, não homogênea, a ponto de descaracterizá-lo, na medida em que alcança o cimo social. O pressuposto tecnocrático da unidade do campo racional, da quantificação de todos os valores, da redução matemática e das expressões neutras não consegue sobreviver às metamorfoses do especialista. Nora Mitrani [10] alude à vingança da magia, no momento que o hiper-racionalismo, no malabarismo intelectual, serve-se de instrumentos degradados pela superstição, no ocultismo dissimulado de crenças irracionais. A *engenherocracia,* pressentida por Veblen, mostrou-se quimérica, com o afastamento crescente do engenheiro dos centros de decisão, em favor dos economistas, financistas e juristas. Para manter-se na corrente ascensional, deve ele abandonar suas qualidades de especialista para adquirir novas. [11] Um diretor-geral de uma grande empresa observou que, quando jovem especialista, 85% de suas atividades se voltavam para a engenharia, contra 85% das ocupações atuais, de contorno indefinido. A direção exige apenas 1/3 de formação técnica e 2/3 de cultura geral. As mil horas de um suposto tecnocrata se esvaem, sendo cerca de 74% em reuniões, recepções, visitas e intermináveis ocupações, e apenas 8% em planificação e estudos atinentes à técnica. [12]

[9] Meynaud, Jean. *La tecnocratie — mythe ou réalité.* Paris, 1964.
[10] Die Zweideutigkei der Technokratie. *Texte,* cit. p. 86 e seg.
[11] Armand, Louis. Plaidoyer pour l'ingénieur. *Entreprise,* v. 20, p. 80. Nov. 1965.
[12] Bon, F. & Burnier, M.A. *Les nouveaux intellectuels.* Paris, 1971. p. 108.

As mais profundas objeções à *tecnocracia dos tecnocratas* não visaram apenas a despersonalizar o tecnocrata, abstraindo dele seu conteúdo técnico. Procuraram, em contato com o centro do sistema, mostrar que a estrutura social e política não autoriza a presença de um grupo dirigente, coeso e detentor do poder. Meynaud, [13] fiel a uma tese de Raymond Aron, procurou provar que, mesmo admissível a existência de um escol ou classe dirigente, não se lhe pode reconhecer expressão unitária, sendo a mesma, ao contrário, dispersa em categorias plurais, cujo equilíbrio e jogo de tendências configuram, heterogeneamente, o centro das decisões fundamentais na sociedade atual. Não existe, segundo Meynaud, a conspiração dos técnicos, senão apenas o crescente papel dos expertos nas deliberações, os quais se integram nas mesmas categorias e classes dos demais dirigentes.

3.2 *Tecnocracia funcional*

A mais impressionante, coerente e profunda das modalidades de tecnocracia, tal como antevista por seus profetas, não se vincula a um grupo dirigente que manipula o poder, na esteira da linhagem maquiavélica. Perseguindo o caminho da racionalidade em todos os campos de atividade, desde o pensamento puro até os menores passos do quotidiano, vislumbra-se na técnica não mais um objetivo do homem, mas sua própria substância. [14] O homem renunciou, ao se enredar no juízo técnico, aos seus poderes de escolha e decisão. A escolha é possível apenas entre proposições técnicas, não mais sendo livre, dado que é predeterminada por critérios autônomos e desumanizadores. A técnica substitui, no desenvolvimento conseqüente de seu curso social, a política e a ideologia. Todavia se, por um lado, no modelo dos tecnocratas se continua a discernir, com o excesso de claridade do "admirável mundo novo", a presença de uma minoria aristocrática ou oligárquica, o império da razão impele para outro rumo, que derivaria, necessariamente, da natureza das coisas.

Essa transformação de conceitos e de modelo adquiriu contorno e profundidade no momento em que o debate tecnocrático ingressou na filosofia alemã. Depois das pesquisas pioneiras de Arnold Gehlen e Hans Freyer, na década de 50, [15] Helmut Schelsky

[13] Op. cit.

[14] Ellul, Jacques. *La technique ou l'enjeu du siècle.* Paris, 1954. p. 39 e seg.

[15] Ropohl, Gunther. Zur Technokratiediskussion in der Bundesrepublik Deutschland. In: Lenk, Hans. (Hrsg.) *Technokratie als Ideologie.* cit. p. 58 e seg.

apresentou, em 1961, sua profunda e algo aterradora visão da tecnocracia. [16] Schelsky parte da tese de que a cientificação da existência provocou nova articulação entre o homem e o mundo, com a mudança qualitativa do vínculo que os prende. O homem se transforma no artifício de sua criatura, projetando a mudança nas relações entre o homem e o homem, perdendo o fenômeno do domínio o caráter pessoal, em favor de normas objetivas derivadas de sua própria e peculiar objetivação. A seqüência, sombreada de reminiscências da dialética hegeliana, culmina por acentuar que, no campo político, a democracia perde sua clássica substância de expressão da vontade popular, em favor da legalidade objetiva e do constrangimento da razão técnica. O desenvolvimento nessa direção inelutável, estatiza a técnica e tecniza o Estado, pelo império de três compulsões conjugadas: a necessidade da concentração da técnica no Estado; a imensa massa de investimentos, crescentemente exigíveis, que não pode ser proporcionada pelos particulares, e a tecno-estrutura, que reclama para sua segurança ampliações de base. A tecnocracia dos tecnocratas públicos e particulares, entrevista por James Burnham, cede lugar, pela estatização, ao setor oficial, diante das exigências sociais impostas pela eficiência de sua atuação. O Estado adquire fim próprio e novo, elevando à máxima potencialização os meios técnicos disponíveis. Os meios determinam os fins, de modo que as possibilidades técnicas constrangem e forçam sua aplicação.

A legitimação política reduz-se à aplicação dos meios técnicos, na procura de sua eficiência ótima. "Para o estadista do Estado técnico" — acentua Schelsky — "este não é a expressão da vontade popular, nem a nação corporificada, nem uma criação de Deus, nem o instrumento de uma missão derivada de certa concepção do mundo, nem a revelação da humanidade, nem sequer a representação de uma classe. O constrangimento objetivo (*Sachzwang*) dos meios técnicos, que se submetem à máxima da ótima capacidade funcional e de execução, retira tais sentidos do ser do Estado. A moderna técnica não pede nenhuma legitimação; ela rege porque e enquanto funciona em condições ótimas. [17] A conseqüência de tais coordenadas levará a uma constatação surpreendente: o tecnocrata, ao ver realizado seu sonho, não encontra no cimo da escalada os degraus e a cadeira do poder, onde possa sentar e

[16] *Der Mensch in der Wissenschaftlichen Zivilisation.* Köln/Opladen, 1961; *Demokratischer Staat und moderne Technik.* Atomzeitalter, 1961. p. 99 e seg.; e, sobretudo: *Auf der Suche nach Wiklichkeit.* Dusseldorf/Köln, 1965. p. 439 e seg.

[17] *Auf der Suche...*, cit.

reinar. A cúpula política e administrativa não comporta senhores e homens de poder: os técnicos e os especialistas não regem; quem rege é a técnica, impessoalmente objetiva. Enquanto outra decepção feriu os tecnocratas no modelo antigo, em que, para comandar, tiveram que abandonar a formação técnica, este malogro é agora mais rude e mais profundo. Um aparelhamento sem calor e sem sangue encobre o tronco, sufocando príncipes e demagogos no mesmo abraço mortal. Não há mais dominadores e dominados; o poder do homem sobre o homem dissolveu-se, sem revolução e sem emoções. O Estado técnico, alheio ao combate à democracia, sem que seja antidemocrático retira da democracia sua substância. As decisões tecnocientíficas não se coadunam com as manifestações da vontade popular, sujeitas a juízos que as tornam irracionais, a caprichos extraviados, ao arbítrio inaceitável num mundo pré-ordenado.

O quadro da utopia técnica despolitiza a política, atingindo a própria vontade popular, adulterando-a pelas técnicas de manipulação dos meios de comunicação. Ainda aqui, é a técnica que ocupa o lugar da política, substituindo o estadista pela sua imagem, fabricada nos laboratórios e nas agências, para uso da maior eficiência dos meios. Por outro lado, as ideologias se despojam de sua constelação de valores coletivos, radicada na vontade e nas decisões dos governados, para se converterem em justificações, explicações *a posteriori*, manipulação de motivos dos fatos que devem acontecer, premidos pelas circunstâncias. Isto porque os argumentos técnicos se expressam sem conotação ideológica, eliminando as bases de decisão que a constituem. As velhas formas de poder político não passariam de casulos vazios. Ao anúncio fúnebre da morte da democracia, monotonamente repetido em todos os tempos, segue-se o cortejo das viúvas sem lágrimas: a política e a ideologia.

4. Crítica à hipótese tecnocrática

O ponto central da hipótese tecnocrática repousa na redução da atividade humana à ciência e, por meio desta, à técnica. O juízo técnico, pela sua densidade racional, substitui os fins pela quantificação dos meios, no domínio de aparelhamentos objetivos onde o homem, com sua vocação espiritual e valorizadora, não tem mais lugar. Certo, os feiticeiros que anunciam os tempos novos não se baseiam em raciocínios ideais, senão que situam na base das transformações a mudança da estrutura socioeconômica. A tecnocracia

seria o correlato político da fase pós-industrial, do amadurecimento pleno do capitalismo. O capitalismo baseado na concorrência teria gerado a ordem liberal, destacando o indivíduo e suas liberdades ditas burguesas e anacrônicas, enquanto o capitalismo organizado está à procura de outra legalidade. John Kenneth Galbraith, economista alheio à sedução marxista, observa que a empresa privada, antigamente subordinada ao mercado, dependente de seu livre jogo e entregue ao equilíbrio de suas forças antagônicas, está controlada pelo Estado, no mundo capitalista em ascendência, com a fixação de uma *tecno-estrutura,* onde não mais se distinguem as linhas de comando da propriedade particular e das exigências oficiais. [18] A economia e a técnica teriam criado uma realidade a que não se pode fugir, seja em nome de ideologias antigas, seja no de refutações teóricas.

O resultado da avalancha incontrastável seria afastar da cena o político. Mas, para que se concretize essa proposição, arreda-se do palco a democracia, no que ela significa de participação popular, nome moderno da velha soberania popular. O dogma de que todo o poder emana do povo seria uma dupla falácia. Falácia se analisado no campo da realidade, onde, em lugar do povo, operam os partidos, os grupos de pressão, as classes, todos armados para o engano de um espetáculo periódico, as eleições. Falácia ainda e particularmente na ordem política nova, visto que os destinos do país se reduzem a esquemas técnicos, inacessíveis a *todos* os cidadãos, só compreensíveis para uma minoria muito limitada. As medidas técnicas e as decisões políticas teriam a mesma índole, não passando o propósito de separá-las de revivescências irracionais. A planificação seria impossível, se dependente da anárquica, descoordenada e tumultuada presença dos políticos, agarrados à lisonja de seus eleitores. O problema da legitimidade, esvaziada de ilusões teóricas e ideológicas, não seria mais que a busca do consenso, que se obterá pela apropriação de meios técnicos, manipuláveis, criadores da consciência e da censura.

Os dois espectros que guardam as portas da tecnocracia — a técnica e a mudança econômica — não se revelam capazes de aprisionar a substância democrática e espiritual do mundo moderno. No fundo, como se passará a demonstrar, são encarnações ideológicas, com a mesma substância das ideologias expulsas do paraíso perdido.

A técnica, ao contrário do que acreditaram seus profetas e seus magos, não provou e demonstrou a continuidade homogênea

[18] Galbraith, John K. *The new industrial state.* N. York, Signet Books, 1968. p. 399.

da parte à totalidade da atividade humana. A racionalidade não abarcou todo o campo do real, de sorte a reduzir tudo a critérios matemáticos. Dentro do próprio processo técnico, como a evidência mostra em todos os setores, um passo só leva ao passo seguinte mediante opções e escolhas, no qual prevalecem valores que apelam para a liberdade que os tecnocratas desqualificam, ao puro e caprichoso arbítrio. Os critérios qualitativos estão, desta sorte, implícitos em todo o envolver quantitativo, excluindo a desumanização das hipóteses que reduzem os valores a dados de operação. Por outro lado — como demonstrou Nora Mitrani — [19] nos conceitos fundamentais do técnico escondem-se, despercebidos pela sua ingenuidade, elementos irracionais, que o hiper-racionalismo mascara. Conceitos como sistema, complexo, estrutura, quantidade, qualidade, totalidade são, muito mais do que se pensa, malabarismos só aparentemente racionais, expressão da vingança da realidade sobre a magia. Por último, ao pretender abolir os fins para subordiná-los aos meios, operação essencial para mecanizar a atividade, apenas se escamoteia o dado essencial, sem conseguir negá-lo. No cerne da escamoteação, a identificação do juízo político ao juízo técnico é a maior de todas as imposturas, sobre a qual os pseudotecnocratas travam a luta pelo poder, com processos novos e com alma velha, na contenda maquiavélica entre leões e raposas. O técnico nessa esgrima de conquista de comando deixa, como assinalado, de honrar suas raízes de especialista, em favor de roupagens que o fazem nada mais que o técnico de idéias gerais, na moldura da conhecida ironia que o farpeia.

Para chegar ao esvaziamento do modelo da democracia, o pensamento tecnocrático procura mostrar que a soberania popular se estreita na manipulação pura. A legitimidade, sublimada no consenso, está à mercê do aparelhamento — que é metade realidade e metade fetiche — como a superestrutura da relação econômica gerada pela sociedade pós-industrial. Na verdade, ao dirigir suas críticas contra o liberalismo econômico, uma vez destruído este, nada se viu que o substituísse, senão a arbitrária criação de um mito racionalizado e estilizado. A política, no mundo emergente, seria incapaz de fixar fins práticos, tecnificada num processo de caráter negativo, de mero ajustador de disfunções e riscos.[20] Ora, como em outros tópicos de sua construção conceitual, o tecnocrata, depois de depreciar a participação popular no governo, esquece ser a democracia um sistema de resolver conflitos sociais

[19] Die Zweidentigkeit der Technokratie. *Texte,* cit. p. 86 e seg.

[20] Habermas, Jürgen. *Technik and Wissenschaft als "Ideologie".* Suhrkamp Verlag, 1971. p. 77.

por meio de decisões coletivas. A eficiência técnica se surpreende, quando entregue a si mesma, com a recusa dos cidadãos em aceitar seus artefatos e adorar seus ídolos. O homem, em toda a parte e em todos os tempos, quer ocupar o centro do universo, quer que o progresso seja feito para ele e não que ele se dobre à impessoalidade de suas criações. Não logrou o tecnocrata, murado nas suas construções ideais, resolver o problema máximo, que é o controle da escalada pretensamente infinita e contínua: a responsabilidade perante uma instância, responsabilidade que é a base de sua sobrevivência. O técnico quer a energia atômica, quer dominar o universo, mas não sabe para quê, visto que esqueceu os fins, no amoralismo da ação pela ação. No fundo, ao pretender que o poder não se equaciona mais de homem para homem, não superou a servidão, como prometera, senão que negou a responsabilidade e converteu a pessoa numa equação abstratamente considerada. O poder, ao se tornar impessoal, perdeu a noção do componente mais ativo do Estado, o seu conteúdo normativo. Ora, a ausência de normas de conduta ditadas pelo consenso, substituídas por medidas impessoais, ajustando-se à não-participação, gera uma secção na sociedade. Os homens que não compreendem e não podem debater as proposições técnicas, na maioria, entregam-se a valores próprios, que se divorciam da estrutura dominante, criando, à margem desta, a paranóia social. A sociedade anônima assim se definiria, nos planos de um sociólogo americano: "uma sociedade caracterizada pelo emprego de avançada tecnologia requer a população sempre mais disciplinada, a qual, na realidade, mostra capacidade cada vez mais reduzida para cumprir tal disciplina". A irracionalidade social seria o efeito normal do sistema.[21] O termo final da suposta jornada racional, do caminho tecnocrático, seria um palácio vazio, rondado por fantasmas, palácio perdido no mar do irracionalismo e ameaçado pelos criadores de ídolos.

No quadro exteriormente harmônico e interiormente delirante da tecnocracia nada existe de real, senão uma ideologia colorida de traços utópicos, ideologia que justifica valores postos em dúvida, que confere à racionalidade um valor em si. Ideologia, ainda, que mascara a luta pelo poder, o velho poder de sempre, demoníaco nas suas dissimulações.

[21] McDermott, John. Technology: the opiate of the intellectuals. In: *Texte*, cit. p. 166 e seg.

Bibliografia

Armytage, W. H. G. *The rise of technocrats. A social history.* London, 1965.

Barets, Jean. *La fin des politiques.* Paris, 1962.

Bon, F. & Burnier, M. A. *Les nouveaux intellectuels.* Paris, 1971.

Burnham, James. *L'ère des organisateurs.* Trad. Paris, 1948.

Ellul, Jacques. *L'illusion politique.* Paris, 1965.

——. *La technique ou l'enjeu du siècle.* Paris, 1954.

Galbraith, John Kenneth. *The new industrial state.* New York, 1968.

Gould, Jay. *The technical elite.* N. York, 1966.

Koch, Claus & Senghass, Dieter. *Texte zur Technokratiediskussion.* Frankfurt am Main, 1971.

Lenk, Hans (Hrsg). *Technokratie als Ideologie.* Stuttgart, 1973.

Meynaud, Jean. *La technocratie: mythe ou réalité.* Paris, 1964.

Schelsky, Helmut. *In Auf der Suche nach Wirklichleit.* Düsseldorf, 1965.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho da Guanabara — IDORT-GB — como seus congêneres de outros Estados, propõe-se a realizar e proporcionar a seus associados e demais interessados:

Intercâmbio internacional	Revista
Forum de estudos	Biblioteca
Treinamento	Prêmio de organização e administração
Assistência técnica	Congressos

Sede: Praia de Botafogo 186, Rio de Janeiro, GB.